



Artigos/Articles

Construções de identidades de si e do outro em narrativas produzidas em entrevistas de pré-mediação familiar judicial

Constructions of self and other identities in narratives produced in family judicial pre-mediation interview

Vanderlei Andrade de Paula¹

RESUMO

Partindo do princípio de que as narrativas são fundamentais em nossas vidas (Schiffrin & De Fina, 2010), a partir das quais empregamos diferentes ações, neste trabalho, eu analiso as práticas sociais de construção de identidade (De Fina, 2016) que indivíduos empregam no decorrer de narrativas produzidas em entrevistas de pré-mediação familiar judicial. Os dados são divididos em dois momentos distintos, com vistas a analisar como cada um dos cônjuges narram esses momentos desde sua perspectiva. Para isso, apoio-me em uma abordagem sociointeracionista, que considera o contexto de fala-em-interação (De Fina & Georgakopoulou, 2008; Schegloff, 1997), e me valho do aporte metodológico-analítico da Análise da Conversa (Sacks, Schegloff, Jefferson, 1974). Os resultados preliminares das análises nos mostram que os participantes se orientam para o contexto da fala-em-interação ao narrar e, com isso, constroem sua própria imagem como alguém adequado a cuidar dos filhos, e a imagem da parte oponente como vilã.

Palavras-Chave: Narrativa, identidade, entrevista, mediação.

ABSTRACT

Assuming that narratives are fundamental in our lives (Schiffrin & De Fina, 2010), from which we employ different actions, in this work, I analyze how social practices of identity construction (De Fina, 2016) participants employ in the course of narratives produced in pre-mediation interview. The data are divided into two distinct moments, aiming to analyze how each part narrates these

¹ Mestrando no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PIPGLA), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). <https://orcid.org/0000-0001-5410-3310>. Email: vanderlei@letras.ufrj.br

moments from their perspective. For this, I rely on a socio-interactionist approach, which considers the context of talk-in-interaction (De Fina & Georgakopoulou, 2008; Schegloff, 1997), and I use the methodological-analytical support of Conversation Analysis (Sacks, Schegloff Jefferson, 1974). Preliminary results of analysis show us that participants are oriented towards the context of the talk-in-interaction when they are narrating and, with this, they build their own image as someone good for caring their children, and the image of the opposing party as a villain.

Keywords: Narrative, identity, interview, mediation.

1. Introdução

A mediação enquanto ferramenta para resolução de conflitos é uma prática secular, com larga tradição em diferentes países da Ásia, Europa e América do Norte, tendo passado por algumas modificações em sua estrutura ao longo de sua existência (Moore, 1998). No Brasil, no entanto, sua institucionalização é ainda muito recente, com discussões em andamento inclusive. Concretamente, é a partir da Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 (Brasil, 2015), que se concede à mediação um status legislativo, tornando-a a via principal pela qual devem ser solucionados os conflitos entre partes litigantes, sem que seja necessário levar o litígio ao judiciário.

Seu curto tempo de institucionalidade é notado no baixo volume de discussões voltadas ao aprimoramento de sua prática. No meio jurídico, mais especificamente, há poucos debates que tematizam as ações dos mediadores. Em um cenário como esse, merecem destaque os estudos linguísticos sobre mediação encabeçados pelo pesquisador Paulo Cortes Gago, no âmbito de sua atuação como professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Precisamente, as pesquisas conduzidas e/ou orientadas por Gago datam de um momento anterior à promulgação da Lei de 2015, em que se tem a análise de dados reais de fala-em-interação de mediação ocorridas em um período ainda pré-institucional, ou seja, sem manuais ou parâmetros acerca de como se deve mediar.

A título de exemplo, temos estudos sobre: formulação na mediação (Gago, 2010); relação entre avaliações e neutralidade do mediador (Gago, Sant'anna & Barbosa, 2010); métodos para perseguir uma resposta e métodos para fugir da pergunta em sessões de mediação (Oliveira & Gago, 2012); anatomias do conflito na interação de mediação (Oliveira, 2012); dinâmica de afetos

relacionados à paternidade em encontros de mediação familiar judicial (Gago, Silveira & Coelho, 2013), entre outros.

Já em um período posterior à instituição da Lei 13.140, de 2015 até os dias atuais, é ainda Gago quem impulsiona as principais discussões sobre o ofício da mediação, por meio de estudos desenvolvidos no grupo de pesquisa Interações em Contextos Institucionais, vinculado à UFRJ, além de estudos produzidos por pesquisadores da UFJF nesse entremeio. Isso nos coloca diante de uma variedade de investigações que enfocam o uso da linguagem na mediação, como, por exemplo, aqueles sobre prestações de conta em contextos de fala-de-conflito (Gago & Oliveira, 2015), sobre reformulação como estratégia argumentativa em situação de conflito (Vieira & Gago, 2016), sobre prestações de contas em forma de narrativa e escalonamento de conflito na (Gago, 2017), sobre reclamações em cascata na mediação familiar (Gago & Pereira, 2020), ou ainda sobre reclamações agrupadas (Pereira & Paula, 2021).

Desse modo, este artigo pretende contribuir dando continuidade às discussões empreendidas no campo dos estudos linguísticos sobre mediação no país. Consequentemente, outra de suas contribuições reside no fato de esta pesquisa constituir-se em uma interface entre Linguagem e Direito, que, fundamentalmente, compreende as análises de dados linguísticos naturalísticos obtidos em documentos de texto e interações institucionais que dão forma ao âmbito jurídico (Colares, 2017).

Aqui, pretendo analisar narrativas produzidas em um contexto particular do processo de mediação: a entrevista de pré-mediação familiar judicial. Parto do princípio de que as práticas narrativas constituem-se como um locus privilegiado para o estudo da linguagem em sociedade (De Fina & Georgakopoulou, 2008).

Notadamente, tenho o objetivo de analisar os processos de construção de identidade que os participantes fazem de si e do outro dentro dessas narrativas, assumindo que a identidade é um processo social que emerge em contextos interacionais (Bucholtz & Hall, 2005; De Fina, 2016).

Tendo em vista que o estudo desse fenômeno se fundamenta em uma ideia de linguagem como prática social (Menezes; Silva; Gomes, 2009), apoio-me no aporte teórico-metodológico da Análise da Conversa (Sacks, Schegloff, Jefferson, 1974), por considerar que essa ferramenta analítica pode ampliar as lentes de observação dessas práticas sociais de linguagem. Assim, consoante a isso, estou concebendo as narrativas como ações socialmente situadas (Mishler, 1999).

Nesse sentido, este artigo estrutura-se sobre uma metodologia de base qualitativa, a partir da qual entendemos que o mundo é representado por práticas situadas de interpretação (Denzin & Lincoln, 2006), em que os significados que caracterizam o mundo social são construídos pelo homem, que o interpreta e reinterpreta (Moita Lopes, 1994), transparecendo, também, o caráter interpretativista deste estudo.

Este trabalho se organiza da seguinte forma: começo tratando da mediação de conflitos e das entrevistas de pré-mediação. Em seguida, discuto alguns conceitos de narrativa e de construção de identidade dentro dessas narrativas, para, então, partir para a metodologia e análise de dados, finalizando com as considerações.

2. Mediação de conflitos e entrevista de pré-mediação

A mediação concebe-se como “um meio não adversarial de soluções de conflitos, marcado pela interação de um terceiro” (Sales & Rabelo, 2009:6), em que esse terceiro atua como um facilitador que auxilia os disputantes a chegarem, cooperativamente, a um acordo que seja aceitável para cada uma das partes (Garcia, 2013). Desse modo, mais do que auxiliar, a presença de uma terceira parte neutra constitui-se como um dos principais objetivos da mediação, que é o de evitar relações conflituosas entre os envolvidos no litígio, além de dar autonomia aos participantes para resolver seus conflitos por si próprios (Garcia, 2013).

Pelo caráter de processo autocompositivo indireto, em que as partes disputantes dispõem do auxílio de “uma terceira parte neutra ao conflito” (Azevedo, 2016: 20), a mediação, assim como a negociação, a arbitragem e a conciliação, constitui um dos métodos alternativos dentro do campo denominado Resolução Apropriada de Disputas (RADs). Gago e Penna (2019) destacam que as RADs vêm ganhando um novo status desde 2015, principalmente com a publicação da Lei 13.140, conhecida como Lei da Mediação (Brasil, 2015). Contudo, não se tem ainda formalizado um procedimento unificado de como isso deve ocorrer. O que há são manuais que trazem alguns princípios para a prática do mediador, como o Manual de Mediação Judicial (Azevedo, 2016).

Azevedo (2016) discorre sobre alguns dos princípios centrais que constituem a prática de mediação e que devem ser adotados por mediadores, a saber: o princípio da neutralidade e imparcialidade de intervenção. Nesse sentido, espera-se que “o autocompositor proceda com neutralidade – isto é, isento de vinculações étnicas ou sociais com qualquer das partes, bem como se abstendo de tomar partido no curso da autocomposição” (Azevedo, 2016:250-251).

Naturalmente, considerando-se que este trabalho tem como um de seus objetivos prestar uma contribuição social relevante para a área de mediação, as práticas do mediador também precisam ser colocadas sob análise, uma vez que nem sempre tal princípio de imparcialidade e neutralidade é atendido, como já mostrou Garcia (1995) em dados de mediação nos Estados Unidos, por exemplo.

A entrevista de pré-mediação, em que estão presentes apenas o mediador e uma das partes envolvidas no litígio individualmente, constitui-se como uma importante ferramenta do processo de mediação, pois é a partir dela que o

mediador se inteira dos conflitos que as partes trazem ao processo de mediação antes mesmo de colocá-las para interagir em uma sessão conjunta de mediação. Além disso, a entrevista é o momento em que o mediador descreve como funciona esse processo (Moore, 1998), e, obviamente, a depender do grau do conflito, ele analisa se será possível, de fato, realizar uma sessão conjunta, isto é, com as duas partes litigantes presentes.

As entrevistas representam o momento em que são esclarecidos seus procedimentos básicos, considerando-se, sobretudo, os princípios de voluntariedade, sigilo, respeito e cooperação na resolução do conflito (Sampaio & Braga Neto, 2007). É nesse momento que o mediador tenta afirmar a credibilidade institucional desse procedimento.

Ao analisar as narrativas elicitadas, não as entendo apenas como um processo de coleta de dados relacionados ao conflito entre as partes, mas considero o mediador como participante ativo da interação e co-construtor dessas narrativas. Assim, justifica-se a relevância dessa etapa no processo de mediação.

Apesar da aparente importância da entrevista de pré-mediação, não havia, no período anterior à institucionalização da Lei 13.140, um consenso em relação ao lugar dessa etapa no processo de mediação, no sentido em que não era obrigatória, apenas era realizada segundo as necessidades do mediador com relação à demanda das partes. No momento atual, tampouco é uma etapa obrigatória. Desse modo, se foram poucos os estudos sobre sessões conjuntas de mediação, menos numerosos ainda foram aqueles sobre as entrevistas de pré-mediação. Nesse caso, faço questão de chamar a atenção para alguns deles.

Sant'anna (2017) desenvolve um trabalho primoroso em sua tese de doutorado, em que apresenta uma proposta de mapeamento das fases da entrevista de pré-mediação. Dentre seus resultados, a autora encontrou cinco fases segundo as quais se dividem essas entrevistas, a saber: "Esclarecendo as Regras do Jogo", "Conhecendo os participantes", "Historiando os conflitos", "Entendendo os processos" e "Combinando a próxima etapa". Dado que os manuais não se aprofundem sobre as entrevistas de pré-mediação, pode-se considerar que a pesquisa de Sant'anna é uma das mais relevantes sobre essa etapa do processo de mediação.

Gago & Sant'anna (2017) tomam uma fase específica da entrevista de mediação, "Historiando o conflito", em que os autores analisam de que forma o mediador e as partes, que estão em desacordo, negociam os espaços interacionais para que o conflito possa ser trabalhado e transformado, de modo que as partes tenham protagonismo nesse processo. Os autores mostram que formulações, reformulações e coconstrução de narrativas são as principais formas de ação dos participantes da mediação nesse contexto específico.

Por fim, Gago & Penna (2019) analisam as formulações de reclamações de terceiros ausentes que são realizadas nas entrevistas de pré-mediação, além de dar atenção a como a mediadora lida com essas reclamações na interação. Dentre os resultados, os autores mostram que as partes produzem reclamações contra a parte opositora, em que essas ações podem vir embutidas em outras atividades, tais como explicações, pedidos de confirmação, narrativas, e por meio de distintos formatos, como, por exemplo, discurso reportado, pós-expansões de narrativas, avaliações negativas. Ainda, Gago e Penna (2019) destacam que as formulações de caso extremo são um recurso potencial, utilizado como fundo para legitimar a produção de reclamações. Já com relação à mediadora, os pesquisadores descrevem a ocorrência de dois padrões de comportamento: silêncios e formulação de perguntas no final das narrativas, que não necessariamente eram relacionadas ao que foi narrado pelas partes, mas apenas para obter melhor compreensão do conflito. Nesse caso, Gago & Penna consideram que há uma abstenção de afiliação por parte da mediadora.

3. Narrativas na entrevista de pré-mediação

Um ponto inicial acerca das narrativas na entrevista de pré-mediação é que o mediador não entra no mérito de que o que está sendo narrado é verdadeiro ou falso (Moore, 1998), o importante é ouvir ambas as partes, isto é, suas versões de como enxergam os conflitos que as envolvem, ou ainda, como se verá nos dados, como enxergam o motivo que os levou até aquela entrevista. Ainda, como postula Sangster (2008), quando as pessoas narram suas memórias autobiográficas, um dos princípios para as “histórias de vida” é considerar que elas são verdadeiras, à maneira como são contadas.

Interações que envolvem pessoas respondendo a jornalistas, pesquisadores – e, no caso deste trabalho, a mediadores - acerca de suas experiências pessoais são uma situação corriqueira, sendo a entrevista um gênero de conversa, uma “situação social” (Bastos & Santos, 2013), um “evento de fala” produzido em conjunto (Mishler, 1986). Nessas interações situadas, são construídos significados e identidades. Assim, uma das principais noções de entrevistas, da qual se vale este trabalho, é a proposta por Bastos & Santos (2013), em que os autores a compreendem como sendo um evento social, com discursos construídos cooperativamente. Nesse sentido, a análise de narrativas em entrevistas nos permite apreender como a fala é construída e, conseqüentemente, de que forma “as pessoas produzem avaliações sobre o mundo e como gerenciam suas identidades sociais em contextos de entrevistas específicos” (Bastos & Santos, 2013:11).

Uma das abordagens teórico-analítica mais tradicionais de se estudar as narrativas tem sua estrutura fundamentada em Labov e Waletzky (1967). Os autores (1967:13) entendem a narrativa como “uma técnica verbal para

recapitular a experiência passada, em particular uma técnica de construir unidades narrativas que combinem a sequência temporal daquela experiência². Assim, a perspectiva laboviana prevê que cláusulas sejam analisadas sob uma ótica de propriedades formais específicas: resumo, orientação, ação complicadora, resolução, avaliação e coda.

Ainda que se reconheça a importância do trabalho seminal de Labov a respeito das narrativas, tendo sido fundamental para o desenvolvimento de pesquisas posteriores na área (Mishler, 1997), sua abordagem estrutural também foi criticada por limitar-se a um paradigma que acaba por criar noções de narrativas canônicas, o que pressuporia também determinar o que constitui uma boa história, uma história digna de ser analisada (De Fina & Georgakopoulou, 2008). O fato é que, como aponta Mishler (1999), narrativa é um termo guarda-chuva, sendo assim, um conceito difícil de definir (Barkhuizen, 2016).

Dentro dos estudos em Análise da Conversa (AC), a narrativa é investigada sob o rótulo de “histórias” (storytelling) (Jefferson, 1978). De acordo com Jefferson (1978:12), as histórias “emergem na conversa turno-a-turno, isto é, são localmente ocasionadas por ela³”. Tal noção amplia o que já havia sido discutido por Sacks (1970), em que o autor propôs que as histórias tomam mais do que um turno de fala. Sacks (1970) ainda chama a atenção para o fato de que o foco analítico não estaria nas histórias como sendo bem formadas estruturalmente, como proposto por Labov, mas na narrativa enquanto uma atividade prática que produz sentido em um contexto situado. Alinhado a um pensamento de história construída em turnos, Goodwin (1990) afirma que as narrativas não são um bloco isolado, mas são construídas de segmentos, a partir dos quais os falantes podem se alternar, entre “narrador” e “ouvinte”.

Essa noção de narrativa também encontra respaldo em De Fina & Goergakopoulou (2008), que postulam que uma das principais premissas da Análise da Conversa a respeito do estudo das narrativas fundamenta-se na ideia de que a narrativa oral é – e deveria ser –, em qualquer contexto, vista como fala-em-interação.

A narrativa no âmbito da mediação afasta-se do princípio de que o mediador é um ouvinte neutro. Segundo Cobb (1994), o mediador é um participante ativo que pode intervir como co-participante na construção e na transformação das narrativas. A autora (1994) entende que as narrativas têm um papel importante no processo de mediação, uma vez que podem ser vistas como uma fonte maior dos fatos para mudar a atitude das partes a respeito dos conflitos.

² “one verbal technique for recapitulating past experience, in particular a technique of constructing narrative units which match the temporal sequence of that experience” (Labov & Waletzky, 1967:13).

³ “emerge from turn-by-turn talk, that is, are locally occasioned by it. (Jefferson, 1978:12).

Considerando-se que o contexto interacional da entrevista de mediação é de fala institucional, em que os participantes estão orientados a atingir objetivos daquela configuração interacional, afilio-me, também, à perspectiva de Schegloff (1997) a respeito das narrativas, em que o autor defende a ideia de que as pessoas contam histórias para fazer alguma coisa: para reclamar, para desafiar, para alertar, para prestar contas, para justificar, etc. Similar à noção de análise de narrativa na mediação proposta por Cobb (1994), Schegloff (1997) defende ainda que os receptores são orientados para o que está sendo feito pela e com a narrativa, uma perspectiva também defendida por De Fina (2016).

Ao olharmos para as narrativas como práticas, sobretudo no âmbito das entrevistas de pré-mediação, estamos em um caminho que nos leva ao discernimento das ferramentas e estratégias que participantes usam para alcançar seus objetivos comunicativos, além de conectar a narrativa a outros tipos de prática (De Fina, 2016). Assim, é correto afirmar, por exemplo, que as pessoas se orientam a construir avaliações sobre o mundo e ainda gerenciar suas identidades sociais dentro da fala-em-interação nos contextos específicos de entrevistas (Bastos & Santos, 2013), como no caso da entrevista de pré-mediação, em que os indivíduos tentam construir sua identidade para atingir determinado objetivo nesse tipo de interação institucional. Além disso, o gerenciamento de identidade social no contexto da entrevista de pré-mediação pode ser concebido como um processo colaborativo entre mediador e participantes, uma vez que esse é um evento interacional em que os participantes estão articulando e produzindo identidades sociais (Bastos & Santos, 2013). Enfim, assumo com De Fina (2016) que o desenho e o desenvolvimento dessas práticas são determinados pelo trabalho comunicativo dos falantes, isto é, os tipos de atividades que eles empregam e para quais fins empregam.

Isso posto, cabe-nos seguir para a seção seguinte, em que trato da metodologia e do contexto dos dados, explicitando a que momentos e fenômenos me atentei dentro das narrativas de entrevistas de pré-mediação.

4. Metodologia e contexto dos dados

Oriento minha análise pelo aporte teórico-metodológico da Análise da Conversa, cujas ferramentas nos permitem captar as minúcias da fala-em-interação, a partir do sistema jeffersoniano de transcrição, o qual reproduzo a seguir:

Quadro 1. Convenções de transcrição em Análise da Conversa

[colchetes]	fala sobreposta.
(0.5)	pausa em décimos de segundo.
(.)	micropausa de menos de dois décimos de segundo
=	contigüidade entre a fala de um mesmo falante ou de dois falantes distintos.
.	descida de entonação.
?	subida de entonação.
,	entonação continua.
?,	subida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto de interrogação.
:	alongamento de som.
-	auto-interrupção.
<u>sublinhado</u>	acento ou ênfase de volume.
MAIÚSCULA	ênfase acentuada.
º	fala mais baixa imediatamente após o sinal.
ºpalavrasº	trecho falado mais baixo.
palavra:	descida entoacional inflexionada.
palavra;	subida entoacional inflexionada.
↑	subida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos sublinhados.
↓	descida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos precedidos de sublinhado.
>palavras<	fala comprimida ou acelerada.
<palavras>	desaceleração da fala.
<palavras	início acelerado.
hhh	aspirações audíveis.
(h)	aspirações durante a fala.
.hhh	inspiração audível.
(())	comentários do analista.
(palavras)	transcrição duvidosa.
()	transcrição impossível.
th	estalar de língua.

Fonte: Gago (2002:113).

A partir dessa metodologia analítica, observo que ações são produzidas sequencialmente na conversa turno-a-turno, com foco na forma como os participantes constroem a si próprios e aos outros em dois momentos específicos dos dados.

Também me oriento para a abordagem sociointeracionista, que destina a atenção às formas que os narradores e os ouvintes constroem suas narrativas, fazendo sentido delas no aqui-e-agora da interação (De Fina, 2016). Ainda, adoto uma metodologia de base qualitativa, compreendida como “um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (Denzin & Lincoln, 2006:17).

Os dados foram extraídos de um corpus de mediação, do grupo de pesquisa Interações em Contexto Institucionais (ICI, CNPq), e foram gerados em um fórum, na vara de família de uma cidade do interior do Rio de Janeiro, tendo sido aprovado pelo comitê de ética em pesquisa (CAAE 52663216.1.0005257, CEP-UFRJ).

Os envolvidos no caso são uma mulher, Arminda, e um homem, Luan (nomes fictícios), um ex-casal de 30 a 40 anos à época, que estavam separados há três anos, após união estável de quatorze anos. Durante o matrimônio conceberam dois filhos: Vitor (7 anos), e Maria Gabriela (11 anos). Luan e Arminda trabalham no comércio local da cidade.

No processo judicial, Luan requer a guarda dos filhos com tutela antecipada. Ele alega que os filhos sofrem maus tratos pela mãe (e.g. queimadura de cigarro no braço do filho), abandono (a mãe iria a bailes à noite), além de serem submetidos à convivência em ambiente moralmente impróprio, em que a filha era assediada.

O processo foi encaminhado pela juíza para o estudo social endoprocessual a ser realizado por uma assistente social e uma psicóloga. A assistente social, Helena, propôs. Então, a mediação à juíza, que autorizou o procedimento. Naquele momento, as mediações eram abordadas como algo ainda experimental, em que tampouco a mediadora tinha muita prática. Nessa atividade, mas vinha estudando para seu aprimoramento.

Dentro do processo há ainda um boletim de ocorrência, registrado por Arminda na delegacia local, em que ela denuncia agressões de Luan. Arminda foi a primeira entrevistada, individualmente, tendo sua entrevista durado 60 minutos e 03 segundos. A entrevista de Luan foi feita em data posteriormente agendada, tendo durado 54 minutos e 20 segundos.

Neste trabalho, analiso 4 excertos, 2 de cada uma das entrevistas, com o foco voltado a dois momentos específicos: i) como cada parte responde à pergunta da mediadora sobre o motivo que os conduziu ao processo de mediação; ii) narrativas relacionadas a episódios de colocar fogo em objetos.

5. Análise de dados

O excerto a seguir toma os minutos iniciais da entrevista. Por uma questão de limitação de espaço, o excerto foi dividido em dois momentos, tendo sido ocultadas 115 linhas, em que Arminda narrava um episódio sobre o natal. Aqui foco precisamente nas respostas que Arminda dá sobre o motivo do processo.

Excerto 1: EPM⁴1_A perspectiva de Arminda sobre o processo (01:05_05:23)

01 Helena apesar do processo do seu (0.2) já tá volumoso né.
02 e nos causar a impressão de que a coisa tá é-
03

⁴ EPM é um código que utilizo em minhas análise de dados para identificá-los de onde os dados foram extraídos. E = entrevista; P = pré; M = mediação. O número refere-se à entrevista. O tempo entre parênteses localiza o excerto dentro do segmento.

04 cabeluda, vamos dizer assim, .hh o seu luan disse
que não é bem assim.
05 (0.5)
06 Helena que vocês conve::rsam,
07 Arminda <não,=a gen- ele::- ele no caso, ele ia lá na
08 fábrica fazer escândalo, né a única conversa que a
09 gente tem é assim.
10 (0.2)
11 Arminda agora esses últimos dias que ele? (0.2) me ligou,
12 >aí tô conversando normal.< porque antes era só
13 briga, briga, briga,
14 Helena a:::h
15 Arminda direto.
16 Helena então na verdade o pro- o processo reflete
17 realmente (0.5) como estava†
18 (3.0)
19 Arminda é:.

(115 linhas ocultadas)

135 (.)
136 Arminda a gente tá separado três anos, tem sete meses ou
137 oito que eu botei o processo pra pegar a pensão
138 das crianças. (.) e foi por isso, que eu até me
139 arrependi de ter feito isso, foi por isso que ele
140 começou a: querer pegar as crianças de volta,
141 (0.2)
142 Helena ah entendi,
143 Arminda [entendeu]?
144 Helena [então] esse processo de guarda, na- no
145 entendimento da senhora, tem a ver com o- um pedido
146 de pensão alimentícia, =
147 Arminda = eu acho que [foi isso]. =

A avaliação que a mediadora faz do processo nas linhas iniciais (1-4), parece funcionar como um elicitador para que Arminda explique sua versão sobre o motivo que a conduziu àquele encontro. Noto, desde já, que essa avaliação passa por (re)formulações (Deppermann, 2011): “volumoso”, que passa a impressão de que “a coisa tá é- cabeluda”. Chamo atenção para como a mediadora se orienta para essa prática de formular o processo “vamos dizer assim”, o que convida Arminda a uma concordância e mesmo co-construção daquela avaliação. Contudo, a descrição dessa gravidade é perspectivada como menos intensa por Luan, como reporta no discurso indireto do participante, que não está presente.

Nas linhas 7-13, Arminda apresenta seu ponto de vista acerca de como está sua relação com o ex-marido. Nesses turnos, há uma comparação entre um conjunto de ações que eram mais frequentes –“ele ia lá na fábrica fazer escândalo”, e ações situadas, mais recentes –“agora esses últimos dias que ele? (0.2) me ligou, >aí tô conversando normal.<”. Chama-me a atenção, nesses turnos de fala, que Arminda orienta-se para o que deve falar à mediadora, isto é, como ela se constrói e como constrói seu ex-marido diante daquele procedimento judicial, que papéis eles desempenharam para que chegasse àquele resultado. Começa-se, assim, uma empreitada pela construção de

identidades. Assim, Arminda constrói o ex-marido como escandaloso. A esse respeito, chama a atenção seus autorreparos nesse processo de construção – “<não,=a gen- ele::- ele no caso, ele ia lá na fábrica fazer escândalo,”, em que em um primeiro momento, ela se incluiria também como agente dos escândalos, mas se autorrepara para focar apenas no ex-marido.

Por meio de uma reformulação, a mediadora faz checagem de entendimento a partir do que foi narrado por Arminda: “então na verdade o processo reflete realmente (0.5) como estava” (linhas 16-17).

Finalmente, a partir da linha 136, Arminda conta a história conturbada de seu relacionamento com Luan, e o que a motivou a abrir o processo contra ele: “a gente tá separado três anos, tem sete meses ou oito que eu botei o processo pra pegar a pensão das crianças.” (linhas 136-138). Note-se que, nesse caso, a mediadora intervém novamente, fazendo perguntas para que Arminda se certifique do que narrou, a partir de sua perspectiva sobre o problema que os conduziu à mediação: “[então] esse processo de guarda, na- no entendimento da senhora, tem a ver com o- um pedido de pensão alimentícia,” (linhas 144-146).

O excerto a seguir foi extraído da entrevista com Luan. A mediadora faz perguntas protocolares a respeito da identidade de Luan, assim como perguntas relacionadas ao matrimônio, à situação deles naquele momento. Luan afirma que não há mais chances de reatarem, pois ele tem uma nova companheira. Por fim, Luan conta que ficou meses sem ver o filho, após a separação, com isso, responde por que procurou a justiça.

Excerto 2: EPM2_A perspectiva de Luan sobre o processo (07:34_09:40)

01	Luan	>quer dizer< aí eu tive que procurar a justiça pra
02		poder ver meus filhos que ela não queria deixar eu
03		ver meus filhos
04		(.)
05	Luan	aí eu procurei aqui a justiça, pra poder ver meus
06		filhos.
07		(.)
08	Luan	aí foi aonde que eu consegui. o juiz me autorizou a
09		pegar meus filhos, determinou de quinze em quinze
10		dias, eu poder pegar meus filhos, igual eu tenho a-
11		documentação tá aqui.
12	Helena	°<eu vi, no processo.°
13	Luan	isso, aí eu- de quinze em quinze dias eu pego meus
14		filhos, e ficam comigo,
15		(.)
16	Luan	aí ta, aí começou, eles bateram nos meus filhos.
17		(0.5)
18	Luan	e:: toda vez que eu pegava meus filhos, no meio do
19		caminho, eles não queriam ir mais.
20		(0.2)
21	Luan	nenhum dos dois queria ir mais.
22		(.)

23 Luan chora::ndo, "oh pai não quero ficar aqui mais, me
24 leva embora, me leva embora," eu falei "filh"-
25 principalmente com a menina, eu falei, "filha eu
26 num- eu num posso é- pegar você e ficar com você
27 aqui. então eu tenho que procurar a justiça."
28 Luan foi onde eu procurei o- doutor Ricardo.
29 (0.2)
30 Luan e: contei a história a ele. e aí tivemos que entrar
31 na justiça. >pra ver (que)< (0.5) >o que a gente
32 conseguia.<
33 (0.5)
34 Helena >deixa eu ver se eu entendi então.<=<os meninos (.)
35 ficavam logo após esse rompimento,=o senhor disse
36 que ficou um tempo sem vê-[los.
37 Luan [dois meses sem
38 ver.
39 (0.8)
40 Helena veio aqui:::, e conseguiu essa autorização,
41 (0.2)
42 Helena pra:: estar com eles de quinze em quinze [dias.
43 Luan [quinze
44 dias.
45 (.
46 Helena <e aí quando (.) o senhor ia na casa dela e buscava
47 os meninos, aí é que eles comenta:::[vam?=
48 Luan [aí-
49 Helena = faziam comentá[rio.
50 Luan [isso. eles vinham de carro
51 comigo?
52 (.
53 Luan .hh porque lá era bem longe, aí eles vinham de carro
54 comigo, aí eles vinham contando, >não só pra mim.<
55
56 (.
57 Luan tem várias pessoas lá que- eles contaram pra eles
58 também.
59 (0.2)
60 Luan o:: garoto? (0.2) >no dia que eu vim aqui, que eu
61 falei contigo, ele tava com marca de cigarro no
62 pulso, assim o::h, queimou-,
63 (0.8)
64 Luan o cigarro acesso no pulso dele assim,
65 (0.2)
66 Luan que ele tava queimado, ainda tem a marquinha lá
67 ainda, porque não queimou muito, .hh hoje ela tá
68 sumindo um pouquinho já.
69 (0.5)
70 Luan mas se ele estivesse aqui comigo a senhora ia ver
71 que:: (0.2) ele tá com uma marca de cigarro no corpo.
72
73 (0.8)
74 Luan e:: aí eles (0.5) jogaram garrafada nele,
75 (0.5)
76 Luan e a avó dele chamando ele de cachorro,=ele fala
77 "pai, minha avó tá me chama- falando que a gente são
78 cambada de cacho::rro,
79 (0.2)
80 Luan se a gente são bom pra gente ir morar com o
81 senhor.=>pra gente ir morar com você, pai.<"

82		(0.5)
83	Luan	aí:: (0.5) >e eu ficava muito sentido, mas eu não
84		tinha como< (.) eu fazer nada.
85		(2.2)
86	Luan	aí eu falei vou procurar a justiça, e eu procurei a
87		justiça, onde que tá aí pra gente- (0.5)
88	Helena	isso mesmo.

A narrativa de Luan acerca dos motivos que o levaram a buscar o auxílio da justiça constrói-se segmentada em mais de um turno. São, na verdade, narrativas de referência, isto é, compostas de enunciados simples para referir-se a um evento, ação ou atitude (De Fina, 2016). A primeira narrativa diz respeito ao fato de ele ficar sem ver os filhos durante meses, após o término com Arminda. Com auxílio da justiça, Luan conseguiu autorização para levar os filhos de quinze em quinze dias. Contudo, uma nova narrativa se inicia a partir da linha 16, em que as ações passadas são tratadas como algo que ocorria com frequência: “aí ta, aí começou, eles bateram nos meus filhos. e:: toda vez que eu pegava meus filhos, no meio do caminho, eles não queriam ir mais.” (linhas 16-19).

Ainda que não se tenha um conflito instaurado entre as duas partes litigantes numa sessão conjunta, o que podemos observar é que Luan começa uma sequência de ações em que ele se constrói sob uma luz positiva, isto é, como a vítima – ou herói dos filhos –, e descreve a identidade da mãe e dos familiares como os vilões. De acordo com Cobb (1994), em narrativas de mediação, o procedimento de buscar culpados ou pessoas com atitudes consideradas erradas, para, assim, construir um par dicotômico vítima x vilão, é uma característica comum. Além disso, reitera-se aqui uma das acepções acerca das narrativas de que elas são performances de identidade (Mishler, 1999).

Chama a atenção que da linha 23 em diante, essa narrativa ganha uma nova forma a partir do uso do discurso direto reportado da fala dos filhos – “oh pai não quero ficar aqui mais, me leva embora, me leva embora,””. Brenneis (1996) destaca que as narrativas também são usadas para alcançar objetivos sociais, em que, no curso da interação, os eventos são representados de diferentes formas, com vistas a atingir o ouvinte de alguma forma. Nesse caso, em que a mediadora analisa o quadro social de cada um dos pais, uma vez que a preocupação central é a convivência dos filhos com cada um deles, essa pode ser uma estratégia de persuasão, novamente, atrelada a como cada um constrói a própria identidade, e no caso de um conflito, a do oponente.

A partir da linha 36, a mediadora faz uma reformulação de parte do que foi narrado por Luan, como uma tentativa de checagem de entendimento, que também vai culminar na recontagem, com a adição de outros elementos. Nesse caso, a narrativa de Luan não é um monólogo, mas ela vai se construindo como uma narrativa colaborativa (Norrick, 2020), em que a mediadora e o participante revezam, nesse caso, com a mediadora fazendo perguntas.

Nesse processo de recontagem, de fato, Luan introduz novos elementos, a partir da linha 60, em que explicita as violências sofridas pelos filhos. Novamente, pinta-se o identidade de vilã para a mãe. Além disso, Luan se utiliza de escalas de violência como recurso argumentativo (Lee, 2019), para convencer a mediadora de que os filhos sofrem sob os cuidados da mãe - “o cigarro acesso no pulso dele assim,” (linha 64) > “e:: aí eles (0.5) jogaram garrafada nele,” (linha 74) > “e a avó dele chamando ele de cachorro,=ele” (linha 76). Uma vez mais, Luan utiliza-se do discurso reportado do filho nas linhas 77-78. Após essa recontagem, Luan conclui seus turnos, nas linhas 86-87, como sendo esses os motivos que o levaram a buscar a justiça.

O excerto 3, a seguir, novamente é extraído da entrevista com Arminda. Em momento anterior do segmento do qual extraí este excerto, Arminda contava à mediadora alguns comportamentos de Luan em relação aos filhos, que ela considerava como irresponsáveis. A mediadora questiona se ela se sentiria à vontade em conversar sobre isso com Luan na sessão conjunta. Então, Arminda mostra descrença e inicia uma nova narrativa que fundamenta esse argumento.

Excerto 3:EPM1_Narrativa do fogo por Arminda (26:52_28:28)

01 Helena >a senhora,< ficaria a vonta:de? de comentar esse
02 tipo de coisa, por exemplo a respeito desse
03 acide:nte, a respeito (.) do vitor anda:r (0.2) de
04 carro com o::, uma pessoa que não tem habilitaçã:o?
05
06 (1.2)
07 Helena >a senhora< ficaria a vontade de conversar sobre
08 isso com o senhor luan:?
09 Arminda a:, eu falo,=mas ele deve nega:r tudo,=°né°,
10 (1.0)
11 Arminda ele vai: negar tudo.=
12 Helena =va[mos ver:,]
13 Arminda [com cer]teza.
14 Helena vamos ver, (0.8) °né.°
15 Arminda com certeza, ele vai: negar tudo,
16 (0.8)
17 Arminda porque até:: ele-
18 (0.5)
19 Arminda igual teve uma vez el- teve uma vez lá em casa,
20 (0.8) ele le- foi, (0.5) e botou:- lá em casa=na:-
21 tinha até um-, tinha o quarto, (0.2) o corredor,
22 (0.5) aí tem o banheiro uma cozinha, (.) e uma
23 varanda na frente.
24 (0.8)
25 Arminda aí ele foi, (.) botou óleo, nas minhas coisas
26 todinha. óleo diesel,
27 (0.8)
28 Arminda jogou óleo diesel em tudo,
29 (.)
30 Arminda na roupa, jogou em tudo,
31 (.)
32 Arminda depois abriu a botija de gás?

33 (0.8)
34 Arminda e falou que ia botar fogo comigo dentro °e as
35 crianças dentro,°
36 (0.5)
37 Arminda que ia acabar com nossa vida também duma vez.
38 (2.0)
39 Arminda aí a mãe foi- nós foi lá no conselho tutelar,
40 conversamos com o ruan,
41 (0.5)
42 Arminda né, lá do conselho tutelar de bureal.=
43 Helena =ãhã.
44 (1.0)
45 Arminda aí ele falou comigo assim, (.) “minda, eu não
46 posso:: (0.2) ir lá, né, porque aqui faz parte de
47 outro coisa,=mas a gente pode acionar o s- conselho
48 tutelar de entre rios,”
49 (0.8)
50 Arminda aí eu perguntei “mas o que é que vai acontecer?”
51 >aí ele falou< (0.2) “eles vão pegar teu filho”,
52 que ele deixou meu filho preso lá, nessa casa,
53 (.)
54 Arminda aí >ele falou< “vão pegar teu filho, e vai levar
55 pro abrigo,
56 (0.2)
57 Arminda lá em entre rios e ai deixar lá até ele resolver,”
58
59 (0.5)
60 Arminda ai eu fiquei com medo,=°né°, deles pegar meu filho
61 e deixar (alí↓/a gabi↓) `hh hhh ((choro))
62 (5.0)
63 Arminda ((chorando)) `HH hhh `hh h (eu não consigo (.
64 ficar longe deles) HHH

Após mostrar descrença na honestidade de Luan, alegando que, se fosse contestado sobre suas atitudes erradas em uma sessão conjunta, ele negaria tudo, Arminda produz uma nova narrativa que tem início na linha 19, em que descreve como era a casa, para então narrar, a partir da linha 25, o episódio em que Luan colocou fogo em suas coisas: “aí ele foi, (.) botou óleo, nas minhas coisas todinha. óleo diesel,” consistindo em uma narrativa de violência doméstica (Lamoglia & Minayo, 2009).

A narrativa de Flávia constrói-se e intensifica-se por meio descrições e formulações de cada etapa do ato violento, além de sucessivas pausas interturnos. Na linha 25, temos “botou óleo, nas minhas coisas”, e em seguida, a gravidade disso é percebida por meio do uso de um marcador comum de formulação de caso extremo (Pomerantz, 1986), “tudo”, na linha 28: “jogou óleo diesel em tudo,”. Novos elementos são adicionados “na roupa” (linha 30). A continuação da narrativa, na linha 32 - “depois abriu a botija de gás?” é o ato em que culmina a explosão da violência (Soares, 2005).

Noto uma cronologia na narração dos fatos por Arminda em “depois” (linha 32) e também em “aí” (linha 39), em que um novo personagem é introduzido, a mãe e Ruan, funcionário do conselho tutelar: “aí a mãe foi- nós foi lá no

conselho tutelar, conversamos com o ruan,”. Chama a atenção que Arminda dá uma progressão à sua narrativa a partir dos “ai” que iniciam cada turno com uma nova parte da narrativa (linhas 45, 50, 54, 60). Entendo que esses “aís” não estão apenas a serviço da progressividade da narrativa, mas, também, implicam uma marca linguística sociocultural que confere densidade cronológica e mesmo verossimilhança ao que está sendo narrado, convidando a mediadora a um papel de escuta ativa a cada detalhe.

Na narrativa de Arminda, a construção dos papéis de vilão e vítima se invertem (Cobb, 1994), em relação à narrativa de Luan, no excerto anterior. Neste momento, Luan é o agressor, o vilão. Além disso, na linha 60, Arminda mostra-se com medo, o que ratifica sua posição de oprimida, de vítima. Seu medo, no entanto, não se dá pela violência de Luan, mas por perder a tutela dos filhos, e então chora na entrevista de mediação. O choro, nesse caso, não vem apenas para expressar o medo que estava sentindo ao narrar o que ocorreu no conselho tutelar, mas também é um elemento na performance de sua identidade de mãe que não pode ficar longe dos filhos. Nesse caso, pode-se afirmar que sua identidade como mãe tem prioridade sobre sua identidade como mulher, pois o seu maior medo não é sofrer violência doméstica, mas ficar sem os filhos.

No próximo excerto, a mediadora investiga os “altos e baixos” do ex-casal, para entender como chegaram ao rompimento definitivo e como se afastaram. Luan, então, traça um perfil de Arminda, e produz uma narrativa de outro episódio envolvendo colocar fogo em objetos.

Excerto 4: EPM2_ Narrativa do fogo por Luan (24:53_26:02)

01 Helena >>por que quando vocês<< rompe:::ram a união de
02 você, (0.2) o senhor se afasto:::u.
03 Luan Isso.=>porque ela brigava comigo direto,=eu num:-
04 ela já chegava na rua?<
05 (.)
06 Luan ela já vinha briganu.
07 (.)
08 Luan <ela- óh- as minhas coisa, (0.2) °>ela queimou<
09 tu:do.°
10 (2.8)
11 Luan tudo, tudo.
12 (.)
13 Helena em outra época?
14 (0.8)
15 Luan antes, d- da gente se separar assim, >>quando tava
16 acontecendo (isso com ela assim,<<) >ela queimou
17 minhas coisas tu[do.<
18 Helena [ãhãm.
19 (0.5)
20 Luan .hh minhas roupa↓
21 (3.0)
22 Luan os banco do carro do meu pai: eu tinha- >eu tinha
23 comprado um carrinho velho,< >>lá uma brasília<< pra
24 gente,

25 (0.8)
 26 Luan eu tive que vender (.) .hh praticamente, (.) da-
 27 dada=>>(pro cara que eu vendi pra ele me pagar)<<
 28 >cem reais por mês, e até ontem ele não pagou nada,<
 29 e:: (0.2) fiquei sem carro e sem dinheiro. tudo,
 30 porque- (.) >>ela ainda botava fogo e ainda chegava
 31 na rua com os colega e ainda falava assim,<<="não,
 32 eu queimo mermo, queimei mermo."
 33 (0.5)
 34 Luan e: (0.2) >eu tinha um aparelho de som de carro em
 35 casa,< que eu fui comprando as- peça por peça, >>(eu
 36 falava)<< (0.2) um sonho de um dia comprar um carro
 37 pra gente, (.) e montar um som,
 38 (0.8)
 39 Luan ela queimou tudo,
 40 (3.0)
 41 Luan tudo. dois mil e quinhentos reais que eu tinha de
 42 som (há/em) muito tempo, ela queimou tudo,
 43 [(e só) ficou lá-]
 44 Helena [isso foi em que] ano? [senhor luan:.
 45 Luan [a a: isso já tem: bem:
 46 (0.8)° o quê?=já tem,° >vai fazer uns três anos já: <
 47 que queimou tudo porque .hh ela::-
 48 (0.2)
 49 Luan foi antes da gente separar ainda,=vai fazer três já
 50 que a gente tá separado.
 51 (0.8)
 52 Luan aí::-
 53 (1.8)
 54 Luan só tem lá a frente dos- do aparelho ainda. que a
 55 minha filha tirou,

Novamente, os papéis se invertem, e Arminda é narrada e construída como alguém que arrumava muita briga com Luan (linhas 3-4). Para reforçar essa imagem de Arminda como uma pessoa agressiva, Luan introduz sua narrativa que envolve colocar fogo em objetos como: “<ela- óh- as minhas coisa, (0.2) °>ela queimou< tu:do.°” (linhas 8-9). Chamo a atenção para o valor enfático das repetições em seguida: “tudo, tudo.” (linha 11).

A mediadora, em seu turno, apenas direciona perguntas para que Luan localize temporalmente em que momento do seu relacionamento com Arminda se deu o que está sendo narrado: “em outra época?” (linha 13). Assim, Luan apresenta uma referência aberta de tempo, que não deixa claro em que data ocorreu: “antes, d- da gente se separar assim,” (linha 15).

Luan segue construindo Arminda como uma incendiária. Após haver afirmado que ela queimou tudo, nos turnos seguintes, esse “tudo” é especificado: “.hh minhas roupa₁” (linha 20). Depois de uma pausa de três segundos, Luan introduz outra narrativa: a compra do carro. Tal narrativa, no entanto, insere-se como mais um exemplo de objetos que Arminda teria queimado. Chama a atenção ainda que ele reproduz um discurso direto de Arminda: “>>ela ainda botava fogo e ainda chegava na rua com os colega e ainda falava

assim, <=> “não, eu queimo mermo, queimei mermo.”” (linhas 30-32), em que constrói Arminda como uma incendiária que se orgulhava do que fazia.

Por fim, Luan segue sua narrativa acrescentando outros elementos a ela, isto é, descrevendo a gravidade do incêndio e o que foi queimado - “tudo. dois mil e quinhentos reais que eu tinha de som (há/em) muito tempo, ela queimou tudo, [(e só) ficou lá-]” (linhas 41-42). Chamo a atenção para a especificação monetária do valor investido “dois mil e quinhentos reais”, que carrega consigo uma força retórica para mostrar não só os prejuízos, mas o grau de vilania de Arminda e o quanto ela não se preocupa com bens materiais de Luan.

6. Últimas considerações

Neste trabalho, analisei entrevistas de pré-mediação judicial, que são uma importante ferramenta para que os mediadores que atuam no âmbito judicial possam ter a dimensão não só da identidade de seus mediados, mas, também, do tamanho do conflito que os envolve.

Tratei das diferentes noções de narrativas e afilei a investigação a uma perspectiva de análise sociointeracionista que enxerga as narrativas como localmente situadas, isto é, como fala-em-interação que se constrói sequencialmente na conversa turno-a-turno.

A análise de dados foi separada em dois momentos: um inicial, a respeito da visão de cada um dos participantes sobre o motivo que os conduziu àquele processo de mediação; e outra a respeito de narrativas de episódios de violência doméstica que tinham como elemento comum incendiar os pertences dos participantes. Vimos que já no primeiro momento, cada uma das partes tem diferentes pontos de vista acerca do conflito, o que faz com que haja uma divergência na (re)construção dos fatos – algo inclusive salientado por Arminda, que afirma que o marido negaria os fatos narrados por ela em uma sessão conjunta. Nesse momento, a descrição do conflito segundo cada uma das perspectivas já indexa um processo inicial de construção de identidade de si e do outro, em que Luan relata, por exemplo, os maus que os filhos vinham sofrendo, circunstância que o fazia sofrer.

Com relação à mediadora, observou-se, nos dois excertos das duas entrevistas, ora um comportamento de escuta ativa em relação aos fatos narrados, ora um comportamento que corrobora o que foi discutido na parte teórica deste trabalho, isto é, a noção de que a entrevista é um processo colaborativo entre mediador e participantes. A esse respeito, vimos que a mediadora produz perguntas que funcionam como elicitadores ou continuadores dessas narrativas, o que evidencia o caráter colaborativo das narrativas. Ela não está apenas ouvindo as partes narrarem suas histórias, mas incitando-as a narrarem, com vistas a ter um entendimento mais amplo do conflito. Aliás, tendo

em vista que as entrevistas são eventos interacionais nos quais os participantes articulam e produzem identidades sociais (Bastos & Santos, 2013), vimos que a mediadora se utiliza de algumas práticas sociais para uma co-produção dessas identidades, como no caso das (re)formulações. Aliás, notei que além das (re)formulações, outras práticas sociais são adicionadas às narrativas, como, por exemplo, as descrições, as comparações em escalas, Tais atividades não são desmotivadas, mas são empregadas visando ao próprio desenvolvimento de outras práticas, como a de construção de identidades (De Fina, 2016).

Não é do escopo deste trabalho tecer avaliações ou juízo de valores acerca dos fatos de violência narrados. No entanto, considerando-se que espero que este trabalho possa ser uma contribuição relevante para os estudos de narrativa e fala-em-interação e mesmo para a prática de mediação, ainda incipiente no Brasil, não posso me eximir de chamar a atenção para as ações da mediadora (ou falta delas) no decorrer das sequências interacionais narrativas, que diante de relatos de violência doméstica, vindas de ambas as partes envolvidas no litígio, apenas faz perguntas que auxiliam o participante-narrador a localizar temporalmente sua narrativa, ou ainda renarrá-la com mais detalhes, como foi feito no excerto 2, por exemplo. Ainda assim, pelo menos para o processo de co-construção das narrativas, é incontestável que suas perguntas, aparentemente neutras, têm uma contribuição no processo de reconstrução dessas narrativas.

Por fim, reitero a relevância deste artigo por estruturar-se dentro de uma interface entre Linguagem e Direito, uma vez que, como vimos, ainda não são muitos os estudos ou grupos de estudos que se prestam a analisar dados linguísticos naturalísticos em interações de mediação judicial. Nesse sentido, a partir do que foi discutido nas análises aqui empreendidas, espero que esta pesquisa possa não apenas tornar o Direito uma área mais aberta à interdisciplinariedade (Ribas, 2018), mas que os mediadores possam utilizar-se deste estudo para adotar uma perspectiva reflexiva acerca de sua prática, quando diante de contextos como os que foram observados no artigo.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, A. G. 2016. *Manual de mediação judicial*. Brasília: Ministério da Justiça.
- BARKHUIZEN, G. 2016. Introduction. In: BARKHUIZEN, G. (org.) *Narrative Research in Applied Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press: 1-16.
- BASTOS, L. C. & W. S. SANTOS. 2013. *A entrevista na Pesquisa Qualitativa – Perspectivas em análise da narrativa e da interação*. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ.
- BRASIL. 2015. *Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015*. Lei da Mediação. Diário Oficial da União, Brasília.
- BRENNEIS, D. 1996. Telling troubles: narrative, conflict and experience. In: C. L. BRIGGS, (org.) *Disorderly discourse*. New York: Oxford University Press: 41-52

- BUCHOLTZ, M. & K. HALL. 2005. Identity and Interaction: A sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, 7(4-5): 585-614.
- COBB, S. 1994. A Narrative Perspective on Mediation: Toward the Materialization of the “Storytelling” Metaphor. In: FOLGER, P. J. & S. T. JONES (orgs). *New Directions in Mediation: Communication Research and Perspectives*, London: Sage Publications: 48-66.
- DE FINA, A. 2016. Narrative as practices: negotiating identities through storytelling. In: G. BARKHUIZEN (org.) *Narrative Research in Applied Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press: 154-175.
- DE FINA, A. & A. GEORGAKOPOULOU. 2008. Analysing narratives as practices. *Qualitative research*, 8(3): 379-387.
- DENZIN, N. & Y. LINCOLN. 2006. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. IN: _____ e col. *O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: ArtMed: 15-41
- DEPPERMAN, A. 2011. The Study of Formulations as a Key to an Interactional Semantics. *Human Studies*, 34(2): 115–128.
- GAGO, P. C. 2002. Questões de transcrição em Análise da Conversa. *Veredas*. (6)2: 89-113.
- GAGO, P. C. 2010. A prática de formulação na mediação familiar judicial. In: Zyngier, Sonia; Viana, Vander. (Org.). *Avaliações & Perspectivas: Estudos Empíricos em Letras*. 1ªed. Rio de Janeiro: PUBLIT soluções editoriais, 1, 185-204.
- GAGO, P. C. 2017. Narrative accounts and conflict escalation in legal family mediation. *Journal of Applied Linguistics and Professional Practice*, 10, 361-387.
- GAGO, P. C.; OLIVEIRA, R. P. 2015. Prestações de contas e episódios de conflito: o caso da mediação familiar judicial. In: Sonia Bittencourt Silveira; Carolina Scali Abritta; Amitza Torres Vieira. (Org.). *Linguística aplicada em contextos legais*. 1ed. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 1, 121-140.
- GAGO, P. C.; PENNA, A. S. 2019. Epistemologias do sul: a Análise da conversa e a reclamação de terceiros ausentes em mediação familiar judicial. In: SZUNDY, P. T. C.; R. TÍLIO; G. C. V. MELO. (Orgs) *Inovações e desafios epistemológicos em linguística aplicada: perspectivas sul-americanas*. 1ªed. São Paulo: Pontes, 2019, 1: 143-163.
- GAGO, P. C.; PEREIRA, M. L. 2020 “Vai ter visita na casa?”: a reclamação em cascata no âmbito da Mediação familiar judicial. In: Anna Carolina Land; Bruno Deusdará; Monica Azzariti; Morgana Pessoa. (Org.). *Práticas de Análise em Linguística Forense*. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora Cartolina, 1, 14-42.
- GAGO, P. C.; SANT’ANNA, P.F. 2017. O protagonismo na linguagem de mediação familiar judicial. *RBLA*. Belo Horizonte, 17(4), 731-758.
- GAGO, P. C.; SANT’ANNA, P. F. ; BARBOSA, T. F. 2010. Mediação, avaliação e neutralidade em uma perspectiva interacional. *Principia* (Juiz de Fora), 14, 89-98.
- GAGO, P. C.; SILVEIRA, S. B. ; COELHO, M. C. 2013. A dinâmica dos afetos de inclusão e exclusão em relação à paternidade em uma mediação familiar judicial: um estudo interacional de caso. In: PINTO, J; FABRÍCIO, B. F.. (Org.). *Exclusão social e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias*. 1ªed. Goiânia: Cãnone editorial, 1, 174-203.

- GARCIA, A. C. 1995. The problematics of representation in community mediation hearings: implications for mediation practice. *Journal of Sociology and Social Welfare*, (22)4: 23–46.
- _____. 2013. *An introduction to interaction: understanding talk in formal and informal settings*. 1 ed. Londres: Bloomsbury.
- GOODWIN, M. H. 1990. *He-Said-She-Said: talk as social organization among black children*. Indianapolis: Indiana University Press.
- JEFFERSON, G. 1978. Sequential Aspects of Storytelling in conversation. In J. SCHENKEIN (org.) *Studies in the Organization of Conversational Interaction*, New York: Academic Press: 219-248.
- LABOV, W. & J. WALETZKY. 1967. *“Narrative analysis”*. Essays on the Verbal and Visual Arts, Seattle: University of Washington Press: 12-44
- LAMOGLIA, C. V. A & M. C. S. MINAYO. 2009. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: Estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2): 595-604.
- LEE, J. 2019. Scaling as an argumentative resource in television talk shows. *Journal of Pragmatics*, 150: 133-149.
- MENEZES, V.; M. M. SILVA; I. F. GOMES. 2009. Sessenta anos de Lingüística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos . In: PEREIRA, R.C & P. ROCA. *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto.
- MISHLER, E. G. 1986. *Research Interviewing*. Context and Narrative. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. 1997. .A Matter of Time: When, Since, After Labov and Waletzky. *Journal of Narrative and Life History*, 7(1-4): 69-73.
- _____. 1999. *Storylines – Craftartists’ Narratives of Identity*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.
- MOORE, C. W. 1998. *O processo de mediação*. Trad. Magda França Lopes, 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- NORRICK, N. R. 2020. “The Epistemics of narrative performance in conversation”. In: *Narrative Inquiry*. John Benjamins Publishing Company, 30(2): 211-235.
- PEREIRA, Maria de Lourdes; ANDRADE DE PAULA, VANDERLEI. “Reclamações agrupadas na mediação familiar judicial. In: *Macabéa – Revista Eletrônica do NETLLI*, v. 10, p. 326-352, 2021.
- OLIVEIRA, R. P. 2012. *Anatomias do conflito*. Tese (doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 271 pp.
- OLIVEIRA, R. P. ; GAGO, P. C. 2012. Métodos para perseguir uma resposta e métodos para fugir da pergunta: o caso da inversão do ônus na prestação de contas. *Estudos da Língua(gem) (Online)*, 10, 69-87.
- PANTOJA, F. M.; ALMEIDA, T. 2016. Os métodos “alternativos” de solução de conflitos (ADRs). In: ALMEIDA, T.; PELAJO, S.; JONATHAN, E. *Mediação de conflitos para iniciantes, praticantes e docentes*. Salvador: Ed. Juspodium, 55-69.
- POMERANTZ, A. 1986. Extreme case formulations: a way of legitimating claims. *Human Studies*, 9: 219-229.
- RIBAS, C. L. 2018. Interdisciplinaridade e direito: os novos desafios da esfera jurídica. *E-Civitas Revista Científica do Curso do Direito do UNIBH*, 11(1): 116-136.

- SACKS, H. 1970. Stories take more than one utterance; story prefaces. In: G. JEFFERSON (org.) *Harold Sacks: lectures on conversation*, 2, Oxford: Blackwell: 222-238.
- SACKS, H.; E. SCHEGLOFF; G. JEFFERSON. 1974. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Revista Veredas de Estudos Linguísticos*, 7(12): 01-67. Trad.: A Simplest Systematics for the Organization of Turn Taking for Conversation. *Language*, 50(4), 2003: 696-735.
- SALES, L. M. M. & C. M. S. RABELO. 2009. Meios consensuais de solução de conflitos: instrumentos de democracia. *Revista de Informação Legislativa*, 46(182): 75-88.
- SAMPAIO, L. R. C. & A. BRAGA NETO. 2007. *O que é mediação de conflitos*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- SANGSTER, J. 2008. "Telling Our Stories: Feminist Debates and the Use of Oral History. In: HARRISON, Barbara. *Life Story Research*. London; Sage: 85-108.
- SANT'ANNA, P. F. 2017. *As fases da entrevista de pré-mediação e suas implicações interacionais para atividade profissional de mediação*. Tese (doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 203 pp.
- SCHEGLOFF, E. 1997. "Narrative Analysis" Thirty Years Later. *Journal of narrative and life story*, 7(1-4): 97-106.
- SCHIFFRIN, D. & A. DE FINA. 2010. Introduction. In.: SCHIFFRIN, D.; A. DE FINA; A. NYLUND (Orgs.). *Telling stories: language, narrative and social life*. Washington D.C.: Georgetown University Press: 1-6.
- SOARES, B. M. 2005. *Enfrentando a violência contra a mulher: orientações práticas para profissionais e voluntários(as)*. Brasília: Secretaria especial de políticas para as mulheres.
- VIEIRA, A. T. ; GAGO, P. C. 2016. A prática de (re)formulação como estratégia argumentativa em situação de conflito. *Calidoscópio*, 14, 317-331.